



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 5 DE 10 DE MARÇO DE 2009.

Aprova e republica o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Anexo do Ato Normativo nº 4, de 28 de janeiro de 2009.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar e republicar o Demonstrativo da Despesa com Pessoal constante do Anexo do Ato Normativo nº 4, de 28 de janeiro de 2009 em decorrência de correções nas despesas definidas no artigo 19, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e estilizada.

Ten Brig Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE

ANEXO DO ATO NORMATIVO Nº 5 de 10 de março de 2009.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2008 a DEZEMBRO/2008

1.- LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	247.790	255	248.045
Pessoal Ativo	128.862	211	129.073
Sentenças Judiciais - Pessoal do Próprio Órgão	0	0	0
Sentenças Judiciais - Pessoal de Outros Órgãos e Entidades	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	128.862	211	129.073
Pessoal Inativo e Pensionistas	118.928	44	118.972
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de contratos de Terceirização (Art. 18, § 1º Da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	48.743	0	48.743
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	0	6
Despesas de Exercícios Anteriores	11.021	0	11.021
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.716	0	37.716
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I - II)	199.047	255	199.302
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			428.563.288
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE -TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,046445%	0.000060%	0,046505 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,080726%			345.962
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,076689%			328.664

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI 2008/CELULAS
- (2) RCL publicada pela Portaria n.º 41/STN, de 22.01.2009.
- (3) Limite Prudencial – LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução n.º 26/CNJ, de 05/12/2006)
- (4) Do valor de R\$13.353.692,16 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$2.332.214,14, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (5) Do valor de R\$131.636,50 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$125.401,21, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

Ten Brig Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE
Ministro-Presidente

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno